



VIII JORNADAS PARLAMENTARIAS ATLÁNTICAS

GRUPO 2: SUSTENTABILIDADE ENERGÉTICA, MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS.

CONCLUSÕES FINAIS

Nos últimos vinte anos fala-se com mais intensidade da “crise energética”, em sua tripla vertente:

1. O esgotamento dos combustíveis fósseis.
2. Os efeitos da combustão destes recursos sobre a atmosfera do planeta, da mudança climática, do “efeito estufa”.
3. A necessidade de promover a produção de fontes de energia renovável.

Se há pouco tempo ainda havia alguma dúvida sobre o aquecimento do planeta em razão do uso massivo dos combustíveis fósseis, atualmente ninguém coloca em dúvida tal fato, já que o degelo de glaciares e calotas polares, furacões, chuvas torrenciais, secas, etc, são alguns dos exemplos inquestionáveis desta realidade.

Entretanto, em relação à duração dos combustíveis fósseis, ainda existem dúvidas sobre os recursos disponíveis e a sua conseqüente duração.

A ausência de “novas soluções” energéticas a curto e médio prazo, a próxima aparição de signos de escassez nos combustíveis derivados do petróleo, a dependência energética do mundo desenvolvido em relação aos países produtores onde cresce o nível de “conflitividade”, a aparição de tensões políticas derivadas do controle das reservas disponíveis, os crescentes desequilíbrios nos níveis de desenvolvimento, o perigoso aumento da contaminação, tanto atmosférica como marinha e terrestre, conformam o panorama atual.



As consequências destas expectativas são muitas e de diferente índole, entre outras: a necessidade de racionalizar ao máximo a obtenção e uso da energia, bem como de fomentar a economia energética; a diversificação das fontes energéticas, tanto por sua natureza (menor dependência do petróleo) como por sua procedência (situação geográfica dos países produtores); a necessidade de uma drástica diminuição dos efeitos contaminantes que estão afetando o equilíbrio do ecossistema; a intensificação do uso das energias renováveis e a necessidade de “ajustar” os custos da energia.

Pelo que, no ano de 2010 a Comissão Europeia sentiu a necessidade de criar uma estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e integrador - “Europa 2020”, no qual se determina que “para alcançar um futuro sustentável, devemos ver além do curto prazo. Europa necessita voltar a encontrar o rumo e mantê-lo”.

É necessário que Europa se incline para um crescimento sustentável, ou dito de outra maneira, construa uma economia que aproveite os recursos com eficácia, que seja sustentável, mais verde e competitiva.

Sem dúvidas, este enfoque ajudará a UE a prosperar em um mundo com poucas emissões de carbono e recursos limitados, e ao mesmo tempo, impedirá a degradação do meio ambiente, a perda da biodiversidade e um uso não sustentável dos recursos.

A luta relacionada com a mudança climática, passa por reduzir as emissões de gases de forma significativa e com maior rapidez do que fizemos nos últimos dez anos e explorar de forma plena o potencial de novas tecnologias, já que melhorar a eficácia no uso dos recursos ajudaria de forma perceptível a limitar as emissões, economizar dinheiro e impulsionar o crescimento econômico.

Consequentemente, todos os setores da economia, e não apenas os que produzem muitas das emissões serão beneficiados.

Definitivamente, uma adequada política energética, na medida que a energia é o suporte de todas as atividades humanas, permitirá aos arquipélagos da Macaronésia, impulsionar os setores produtivos básicos (de forma particular, um novo impulso à agricultura, pecuária e piscicultura facilitando uma importante redução do custo da cesta de compra), melhorar a competitividade do setor turístico frente aos competidores, criar emprego de alta qualificação em todos os setores, diminuindo a pressão migratória de mão-de-obra pouca qualificada (que agora mesmo se demanda em setores pouco desenvolvidos).

Ainda assim, a escassez de água nos arquipélagos macaronésicos, é uma constante e um problema particularmente importante, se levarmos em consideração seus diferentes usos (agrícola, industrial e humano) e as custosas técnicas de obtenção, o que eleva o preço d'água bastante acima da média europeia, já que são necessárias grandes medidas de manutenção e gestão das redes de abastecimento e distribuição.

O mar sendo um recurso importante necessita de proteção, investigação e inovação.

Os territórios da Macaronésia, Madeira, Açores, Cabo Verde e Canárias, possuem nexos comuns:

1. A ultraperiferia
2. A insularidade
3. Características ambientais: escassez de recursos naturais de importância estratégica, elevada dependência dos combustíveis fósseis, etc),

Elementos determinantes que, em grande medida, condicionam a nossa situação atual e o nosso horizonte mais próximo. E sem nenhuma dúvida, um dos nossos mais importantes ativos é o valor ecológico e o grau de conservação de nossos diferentes entornos naturais e ecossistemas, os quais exigem a planificação de uma política de desenvolvimento sustentável a médio e longo prazo.

Levando em consideração, que o território é um fator de competitividade dos modelos regionais de desenvolvimento econômico, que os recursos naturais

constituem a base da experiência turística, bem como um importante suporte de afirmação da identidade local e da cadeia de valor de nossas economias, a chamada economia azul alcança uma particular dimensão. De fato, todos os arquipélagos da Macaronésia, não possuem apenas um rico património natural, mas também dispõe de recursos culturais, históricos e artísticos de grande valor. Sem dúvida, a degradação, o abandono e a perda de biodiversidade destes espaços poderia obstaculizar nossas possibilidades de desenvolvimento regional. Portanto, valorizar estes recursos é uma condição necessária para impulsionar a diversificação de nossa oferta.

De acordo com o anterior, proteger e preservar o importante património natural existente, por seu valor paisagístico, é um fator fundamental para a competitividade do conjunto do Espaço de Cooperação, especialmente em matéria de desenvolvimento turístico.

O desenvolvimento econômico, o desenvolvimento social e a proteção do meio ambiente são componentes de desenvolvimento sustentável interdependentes e que mutuamente se fortalecem, portanto constituem o marco dos esforços que se devem encaminhar para alcançar uma melhor qualidade de vida mediante uma gestão sustentável da utilização dos recursos, da emissão de contaminantes ou da geração de resíduos.

O Grupo de Trabalho número 2, subordinado ao tema: Sustentabilidade energética, meio ambiente e recursos naturais, reunido nos dias 20 e 21 de junho, numa das salas do Parlamento Canário, estando presentes os parlamentares representantes das Canárias, Açores, Cabo Verde e Madeira, após um profundo debate e reflexão sobre o tema em questão, aprovou por unanimidade, as seguintes ações a serem desenvolvidas:

1. Promover a produção e utilização das Energias Renováveis, recordando o compromisso da Comissão Europeia, assumido na sua comunicação de 2012 de desenvolver um estudo conjunto com as Regiões Insulares Atlânticas visando a melhor forma de financiar as Energias

Renováveis e a eficácia Energética, face à impossibilidade dessas regiões acederem à Rede Européia de Energia.

2. Promover ações de cooperação para fomentar o uso racional e a eficiência dos recursos energéticos, co-financiando projetos públicos e/ou privados que visem a diversificação energética e melhoria do rendimento das energias renováveis.

3. Exigir a participação ativa das Regiões Insulares Atlânticas na definição das políticas Européias e Nacionais na gestão do Oceano Atlântico e de seus recursos marinhos.

4. Proteger a qualidade dos recursos hídricos das zonas litorais (dessalinização, depuração, saneamento, emissários submarinos). Implementação de medidas urgentes e contundentes para conseguir um completo e eficiente sistema de saneamento, depuração e vertidos ao mar.

5. Desenvolver estratégias de valorização e proteção da biodiversidade e dos recursos naturais, fundamentalmente dos recursos marinhos ameaçados.

6. Promover intervenções de melhoria da qualidade ambiental do litoral.

7. Aumentar o nível de proteção e melhorar a gestão de zonas litorais e recursos marinhos, fomentando a “economia azul” através da exploração racional e sustentável dos recursos naturais dos fundos marinhos do Atlântico, em respeito pela proteção dos ecossistemas marinhos.

8. Melhorar a eficiência da gestão dos recursos naturais, fundamentalmente daqueles relacionados com os recursos hídricos e com a energia.

9. Promover a gestão racional e eficiente do recurso água, investindo na sua maior disponibilidade e qualidade através da utilização de processos tradicionais e inovadores.

10. Aprofundar na gestão integral dos resíduos, visando gerar recursos económicos, mediante ações de inovação e de consciencialização da população.
11. Levar a cabo planos de gestão sustentável de espaços naturais e de áreas marinhas protegidas.
12. Valorizar os ativos naturais, promovendo a geração de novos produtos/serviços complementares, relacionados com o turismo sustentável, com o ecoturismo e de alto valor acrescentado.
13. Proteção do património natural através de valorização e melhoria do planeamento para a otimização do uso público do património de grande valor natural.
14. Ações de promoção, proteção e valorização das diversas vertentes do património histórico-cultural.
15. Desenvolvimento e potenciação da colocação em funcionamento do Convénio de Nagoya nas Ilhas Atlânticas, tendo em vista que os recursos genéticos insulares configuram-se numa fonte de importante riqueza para nossas ilhas.
16. Ações para a melhoria da qualidade das águas balneárias, bem como o acondicionamento da faixa litoral visando melhorar seu atrativo turístico sustentável.
17. Ações para promover a melhoria do conhecimento, valorização e gestão da biodiversidade e dos ecossistemas.
18. Ações que contribuam para a melhoria do conhecimento público em matéria de biodiversidade e dos espaços públicos protegidos, incluindo a sensibilização da população.
19. Desenvolver a elaboração de Planos de Gestão de Risco para minimizar os efeitos dos fenómenos naturais extremos que as alterações climáticas estão a provocar e que tem consequências agravadas nas Regiões Insulares Atlânticas.



20. Fomentar conjuntamente a instalação do laboratório de observação e investigação sobre as alterações climáticas.

Feito na sede do Parlamento Canário, aos 21 dias do mês de junho de 2016.

Esther González González
Canárias-Presidenta

Felisberto Alves Vieira
Cabo Verde-Relator

Pedro Miguel Medeiros de Moura
Azores-Miembro

Claudio José Gomes Lopes
Azores-Miembro

Emília Patrícia Mendonça Spínola
Madeira-Miembro

Cristina Tavío Ascanio
Canarias-Miembro

Élvio Manuel Vasconcelos da Encarnação
Madeira-Miembro

Alcides Monteiro de Pina
Cabo Verde - Miembro